

COMUNIDADE DO CAJUEIRO

Não é o Território
que é Nosso.
Nós é que Somos
do Território

14



boletim
informativo



**CARTOGRAFIA DA
CARTOGRAFIA SOCIAL**



Reunião na Comunidade Cajueiro, novembro de 2016.

CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL: uma síntese das experiências

Coordenação Geral

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Cynthia de Carvalho Martins
Rosa Acevedo Marin

REALIZAÇÃO

União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro

EQUIPE DE PESQUISA

Luciana Railza Cunha Alves/Doutoranda em Antropologia –PPGA-UFPA/GESEA/PNCSEA
Clovis Amorim-/pescador da Comunidade do Cajueiro
Christiane de Fátima Silva Mota/ Doutoranda em Antropologia Social – PPGSA-UFPA/IFMA
Gerson Carlos Pereira Lindoso/Mestre em Ciências Sociais - UFMA/IFMA

PARTICIPANTES DOS CURSOS E DA PESQUISA

Eunice Araújo da Silva • João Germano • Davi de Jesus Sá • Clóvis Amorim da Silva • Carlos Augusto Barbosa • Valci Amorim Silva • Audecir Valetim de Melo • Joyciane da Silva Veloso • Biné Gomes Manoel S. Campos • Josilene Brandão • Iguatemy da Silva Carvalho José Raimundo Vale • Rosana Mesquita • Francivânia G. Silva Livia Maria da Silva Mesquita • José Silva Nascimento • Eucimar Moura Santos • Alberto Cantanhede • Nataniel Costa Barreto • Maria Edna de Jesus de Souza • Wilson Costa Pereira • Edna de Fátima do Nascimento • Maria Máxima Pires • Raimundo Nonato • Flor de Lis Araújo • Elisete de Cássia • Maria de Jesus • Edson do Nascimento Silva • Carlos Alberto da Silva • Carlos Henrique Moraes • Francisco das Chagas Silva Moreira

COLABORADORES

Danilo da Conceição Serejo Lopes- Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia –UEMA/GESEA/PNCSEA.
Poliana de Sousa Nascimento/ Doutoranda em Antropologia Social – UFPE/GESEA/PNCSEA
José Guilherme Zagallo/Advogado do Movimento de Defesa da Ilha e da União dos Moradores do Cajueiro
Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior- DESOC/GEDMMA/UFMA
Grupo de Pesquisa em Religião o e Cultura Popular-GPMINA/UFMA
Ilê Ashê Ogum Sogbô

Ficha catalográfica

B688	Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências / Comunidade do Cajueiro: não é o território que é nosso. Nós é que somos do território. – N. 14 (abr. 2018) / Coordenação da pesquisa: Luciana Railza Cunha Alves; Christiane de Fátima Silva Mota et al.–. – Manaus: UEA Edições, 2018.
	Irregular.
	Coordenação do PNCSEA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (NCSA/CESTU/UEA, CNPq) e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA-NAEA/PNCSEA)
	ISSN: 2525-9598
	1. Conflitos sociais. 2. Comunidades tradicionais. 3. Territorialidade I. Título.
	CDU: 528.9.912

Elaborada por: Rosiane Pereira Lima - CRB 963

Terreiro de Yemanjá
Terreiro de Mina Kwegbe-se Tó Vodun Badé So
Terreiro de Mina Mamãe Oxum e Pai Oxalá
Ilê Axé Alagbedê Olodumare
Casa Fanti Ashanti

CARTOGRAFIA

Luís Augusto Pereira Lima/Bolsista Capes – PPGG/UNIR – GTGA/PNCSEA
Jéssica Barros/Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA

GEOPROCESSAMENTO

Clovis Amorim- pescador da Comunidade do Cajueiro
Christiane de Fátima Silva Mota/ Doutoranda em Antropologia Social – PPGSA-UFPA/IFMA
Eunice Araújo/ Comunidade do Cajueiro
Gerson Carlos Pereira Lindoso/Mestre em Ciências Sociais - UFMA/IFMA
Luciana Railza Cunha Alves/ Doutoranda em Antropologia –PPGA-UFPA/GESEA/PNCSEA

FOTOGRAFIAS E FILMAGENS

Christiane de Fátima Silva Mota/ Doutoranda em Antropologia Social - UFPA/IFMA
Gerson Pereira Lindoso/Mestre em Ciências Sociais - UFMA/IFMA
Luciana Railza Cunha Alves/ Doutoranda em Antropologia –PPGA-UFPA/GESEA/PNSA
João Damasceno Figueiredo Júnior/ Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia-UEMA
Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente-UFMA

Não é o Território que é Nosso. Nós é que Somos do Território



Praia do Cajueiro, junho de 2017.

A comunidade constitui-se de núcleos reconhecidos pelos agentes sociais como território do Cajueiro: Morro do Egito, Cajueiro, Guarimanduba, Andirobal e Parnauçu. No Cajueiro vivem aproximadamente 350 famílias, da pesca, coleta de mariscos, agricultura familiar e pequenas criações de animais. O território da comunidade está localizado na Zona Rural da Ilha de São Luís, onde se encontram ainda as comunidades do Rio dos Cachorros, Limoeiro, Taim, Porto Grande, Vila Cajueiro, Portinho, Ilha Pequena, Embaubal, Jacamim, Amapá e Tauá-Mirim. Comunidades que, desde 2003, declararam-se Reserva Extrativista de Tauá-Mirim e requerem o reconhecimento do Estado brasileiro há mais de uma década.



Visão do Cajueiro, dezembro de 2017.

O processo de criação da RESEX, inicialmente Reserva Extrativista do Taim, tramita no ICMBio desde 22 de agosto de 2003, iniciado por um abaixo assinado por 137 moradores (trabalhadores rurais, pescadores e coletores de caranguejo), cujo processo solicitava a declaração da Resex a partir dos limites iniciais estabelecidos pelas comunidades. Em 2005, foi realizada uma vistoria prévia na área pela equipe do CNPT/IBAMA-MA, dois anos depois, em 2007, foi concluído o Laudo Socioeconômico e Biológico de Criação da Resex. A conclusão final do Laudo indica que a Resex representa uma forma de resistência comunitária; mediante processos de negociação entre ICMBio e comunidades optou-se pela denominação “Tauá-Mirim”, tendo em vista que já existia reserva chamada “Tauá”. Além disso, indicou ainda novas

propostas de limites cujos os quais excluía grande parte do território do Cajueiro, que, mediante reuniões, debates e negociações foram aceitas pelas lideranças para que não impossibilitasse a criação da RESEX. Por isso, consideramos aqui esses dois limites: o solicitado pelo conjunto de comunidades em 2003; e o indicado pelo ICMBio, em 2007 que incluiu somente a praia do Parnauçu.

O território da comunidade do Cajueiro, hoje ameaçado pela instalação de um terminal portuário privado, possui o título condominial concedido aos moradores, em 1998, pelo ITERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão. Tempo que condiciona a institucionalização do território. No entanto, as memórias dos agentes sociais remontam a outro tempo, que não a temporalidade institucional.



João Germano da Silva "seu Joca",
março de 2017.



Clovis e dona Eunice, novembro de
2017.

Desde final da década de 1980, aproximadamente, o Cajueiro vem sofrendo ameaças de deslocamento compulsório em decorrência da instalação de um pólo siderúrgico na área, que instaurou sentimento de insegurança nos agentes sociais tanto do Cajueiro como das outras comunidades que compõem o território. A partir de 2014, o direito de permanência dos agentes sociais em seus territórios passou a ser ameaçado mais intensamente pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda.

|| Nasci em Alcântara e cheguei aqui dia 20 de setembro de 1979. Apesar de antes morar em um lugar muito bom, eu não tinha mais dinheiro para me manter onde antes morava. Na época não existia aposentadoria e conseguir emprego era muito complicado. Trabalhava na roça e pescando e o produzida não era suficiente para cobrir as necessidades. Foi no Cajueiro o lugar que vi uma forma mais simples de viver. Enfrentei um momento de crise por conta de um adversário que encontrei logo que cheguei na comunidade: a malária. Doença que me contaminou e todos os meus filhos. Quando cheguei no Parnauçu, havia apenas três casas e poucos moradores. Era um lugar tranquilo e calmo, mas faltava de energia, de escolas, de falta de transportes públicos e a falta de uma estrada fazia que tudo fosse dificultado. Foi com a ajuda minha e dos outros moradores que a primeira estrada foi construída, no verão já conseguia passar carros. Os moradores conseguiram reivindicar o direito de ter uma escola com a ajuda de um conhecido meu de Alcântara, que na época era secretário da educação. E foi assim a construção da primeira estrada do Cajueiro, a instalação da primeira escola primária da comunidade e a conquista do transporte que levava os alunos que queriam completar as outras séries, tudo isso com a ajuda da população. Mas as pessoas que hoje vivem aqui não se interessam em reivindicar seus direitos como cidadãos e com isso, empresas como a WPR, se aproveitam da situação. A empresa WPR chegou aqui entre 2013 e 2014 e que até hoje "castiga" a comunidade com a insistência em querer comprar, por preços baixíssimos, os terrenos que as famílias vivem. No primeiro ano, os proprietários chegaram pedindo licença aos moradores para fazer a sondagem da área. Eu me arrependo de ter dado permissão, mas em nenhum momento foi informado à população a finalidade desse trabalho. Os empresários apenas diziam que era um serviço do Estado e não de uma empresa privada. Viviam perguntando sobre o terreno, o proprietário, a idade das pessoas que viviam na casa e a quantidade. Pediram números de documentos, moradores não deram, pediram números de conta bancária, eles também não deram. Foi quando os empresários vieram até aqui em casa e disseram que o terreno estava enumerado e que o valor da casa já estava definido em R\$ 40.000 (quarenta mil reais) ”.

Morador do Cajueiro, março de 2017.

|| Eu quero dizer que estou muito triste! Andam dizendo que aqui no Cajueiro não tem mais morador e que a empresa já indenizou todos os moradores. Isso é mentira. Eu nasci e me criei aqui no Cajueiro. A minha mãe tem mais de 90 anos de idade e vive aqui nessa comunidade, que amamos e que gostamos da nossa moradia”

Eunice Araújo, dezembro de 2017.

Água e vento não tem fronteira

Eu vim do interior de Alcântara, de um lugar chamado São Maurício. Lá desse interior que nós viemos. De lá nós viemos para o Vinhais. Eu cheguei com sete anos no Vinhais. Depois fomos para a Camboa dos Frades, Itaqui e depois Cajueiro. Eu vim em 1937. Papai veio para cá, o nome dele era Boa Aventura Paulo Araújo. Quando chegamos aqui no Cajueiro só tinha o Tambor de Mina ali, que chama Egito. Ali em cima, no alto, onde moravam e tomavam conta desse Terreiro. Quando os primeiros chegaram, já havia gente aqui no Terreiro do Egito. Eu sou de 1924. Quando chegamos a gente plantava; papai chegou aqui, fazia roça, plantação, gostava de pescar, quebrar coco, de tudo ele fazia. Papai era trabalhador, veio do interior de Alcântara”.

Maria Araújo, 94 ANOS.

Eu inclusive tenho documento e nós estamos dentro do mapa. Meus vizinhos todos já saíram inclusive Seu Zé da macaxeira! Todos conhecem. Ele ficava tão nervoso que na hora que chegava um carro prata ele se tremia. Ele cansou de ir no meu terracinho dizendo: ‘Eu não aguento mais!’ Nós queremos saber o que acontece. Quem está ali, a poluição vai para cima. Nós que estamos lá dentro. Muita briga, muita ameaça. Ele vendeu por ele não aguentou mais. Meus vizinhos todos já saíram e estou lá sozinho”

Morador do Cajueiro, Defensoria pública, abril de 2017



Dona Maria Araújo, arquivo familiar, fevereiro de 2018.

O retrato do desenvolvimento



Babaçal desmatado, dezembro de 2017.

estudantes e outras pessoas que se sensibilizaram com a causa e estão oferecendo esclarecimento sobre os direitos conferido aos moradores”.

Só começou quando a empresa chegou dizendo que aqui era privado e que os moradores não tinham direito nenhum mesmo eles morando há 37 anos. Não é justo todo trabalho e esforço dedicado ao terreno que hoje eles moram ser invadidos e destruídos assim”.

Moradora do Cajueiro, março de 2017.

Muitos falam que a empresa não está funcionando porque eu e minha família estamos atrapalhando a instalação da empresa e com isso, atrapalhando também o desenvolvimento. Os moradores que querem continuar estão lutando com apoio de advogados, professores,

Morador do Cajueiro, março de 2017.

Muitos saíram, mas continuam morando em outras regiões do Cajueiro. Aqueles que definitivamente deixaram Cajueiro sofreram muito com todas as mudanças que estão enfrentando com bairros violentos,

falta de tranquilidade e principalmente a falta de dinheiro para comprar alimentos que antes eles mesmos plantavam e colhiam como frutas, verduras e legumes”

JOÃO GERMANO DA SILVA “Seu Joca”, março de 2017



Casa derrubada no Cajueiro, janeiro de 2017.

Repartimos a terra e conservamos



Pescador reformando canoa, dezembro de 2017.

|| Fui das primeiras famílias a chegarem aqui. Gosto da tranquilidade e não tenho ‘um pingão de medo’. ‘Eles’ continuam quietos, que não parece que a empresa está aqui, mas fico imaginando como seria perder isso aqui. Não gostaria de ir morar no centro da cidade. É muito barulhento, tem muita gente e a violência grande. Eu pescava. Aprendi olhando meus tios. Não sei só a pesca de linha, mas sempre pesquei com rede, com espinhel, sei arrastar camarão, tirar caranguejo, pegar peixe no igarapé. Mas, não faço mais por conta da idade e sinto muita falta. Não aceito essa comida congelada que hoje as pessoas comem. Sempre vivi de pesca e de quebrar coco babaçu”.

Maria da Costa, abril de 2017.



Andirobal, dezembro de 2017



Área desmatada, Andirobal, dezembro de 2017.

|| Quem vai ver esse nosso lado que está afetado? Eu pergunto para a Senhora. Nós estamos dentro do mapa, qual é a resposta deles? Muita poluição como disse Juca. Será que teremos condição de voltar para casa como vai ser os riscos quando começar a fazer lá? Vai afetar lá também”

Morador do Cajueiro, abril de 2017.

|| A Defensoria Pública do Estado do Maranhão tem denunciado a situação e as irregularidades quem têm ocorrido nos últimos quatro anos, tanto por parte do Governo do Estado do Maranhão, quanto da empresa e do Governo Chinês - financiador do empreendimento. A Defensoria aponta que a área integra o Golfão Maranhense e pertencente ao grupo das 164 Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade nas Zonas Costeira e Marinha nacionais, sendo reconhecida ainda como Área Prioritária para Conservação de Mamíferos Marinhos. A citada região apresenta grande potencial em termos de recursos hídricos, com vasta área formada por manguezais, brejos, igarapés e nascentes, portanto, Áreas de Preservação Permanente protegidas por lei.

COMUNIDADE DO CAJUEIRO

Não é o Território que é Nosso. Nós é que Somos do Território.



Dona Domingas, esposa de Simeão Diniz. Chegou ao Cajueiro há mais de 80 anos, hoje, está com 90. Foto: arquivo familiar.

|| Tenho 90 anos e quatorze filhos nascidos e criados no Cajueiro. Quando cheguei já encontrei João Mendes, Boaventura, Lotero, Antônio Galo e Davi (marido de Martinha nesse tempo). Também já tinha a finada Pia, a mineira, do Terreiro do Egito. Tinham também ‘negócio de cura’ tinha diversas: a Rafina que curava na praia, na casa dela [...] Criei todos os meus filhos no Cajueiro. O mais novo tem cinquenta anos, o Wilson; e Martin, com setenta. Eu cheguei em Cajueiro em 1945. Cheguei para morar. Meu trabalho era juntar coco, quebrar coco, torrar e fazer o azeite para vender. Meu marido trabalhava na roça, pescava e andava embarcado, o nome dele era Maximiano Lima Diniz Pereira, o conhecido como ‘Simeão Diniz’. Tinha canoa que passava

para levar madeira e carvão que ia do Cajueiro para a Ponta D’areia.

DOMINGAS, março de 2018.

|| Eles saem de noite e de dia. Eles não estão vigiando a área que a empresa já conseguiu comprar e sim me vigiando porque todos os dias eles rodeiam a minha casa em algum momento. Meu filho se acidentou da mão e foi hospitalizado e, por isso, estava sem condições de trabalhar. Eu me solidarizei e foi limpar o terreno para ele. Ao chegar lá, os vigilantes me abordaram perguntado se eu tinha permissão para entrar no terreno, quem havia concedido e o que eu iria fazer. Fui firme e disse que a área não era domínio da empresa e eu apenas estava limpando algo que pertencia aos moradores, que eles deveriam se retirar porque estavam invadindo uma propriedade que tinha dono. Eles saíram, foram até a casa em que ficavam alojados e chamaram outros dois. Dessa vez não me dirigiram a palavra, mas que ficaram me vigiando até o momento que eu saí. Ainda me seguiram de moto até aqui em casa. No mesmo dia, a polícia veio aqui junto com os dois vigilantes que me seguiram. Registrei dois boletins de ocorrência por causa das vezes que voltei ao terreno para limpar e os seguranças iam lá para lhe vigiar”



Alto Parnaíba, desmatado pela WPR, dezembro 2017

Morador do Cajueiro, março de 2017.

|| É muito lento como caminha o processo. Muitos já se conformaram com a venda e outros já foram pressionados demais. Eu sempre faço uma **comparação do dinheiro com o peixe de água doce**: se formos pescar o peixe sem algum instrumento que possa nos dar um auxílio e sem estudo desses instrumentos, o peixe vai escapar e não saberemos onde ele foi parar. Um dos moradores vendeu sua casa por um preço baixíssimo, comprou outra na Vila Maranhão e depois de um mês vendo que o dinheiro não foi mais suficiente, voltou arrependido a pescar e ajuntar mangas para vender na feira. Concluí assim que não é lucro sair de seu conforto e estabilidade, onde já foi construído memórias, para bairro violento e quando o pouco dinheiro acabar, se sentir arrependido por ter feito a escolha errada”.

João Germano da Silva “Seu Joca”, março de 2017.



Manifestação em frente ao Palácio dos Leões , Cajueiro e Resex, dezembro de 2017

|| Não é hora de desistir. Tenho amizades, tenho paixão, são 30 anos. Eu faço é pescar. Eu me sinto feliz. O que compro na feira é o que eu não produzo. Quando vou à feira e vejo aquele peixe, vejo aquelas coisas, eu não quero! Esse dinheiro de indenização não paga minha sobrevivência”

Carlos Barbosa, dezembro de 2017.



Brejo do Bebedouro, desmatado, janeiro de 2018

Violência, ameaças e perseguições: as estratégias da empresa

|| Ele estava dentro do meu cercado olhando. A minha vizinha disse: quem são esses? Eu pensava que era da política. Ele veio falar comigo com a assistente social! Rapaz vocês estão falando de indenização. Eu falo de compra e venda, porque eu vendo o que é meu. Eu estou dentro do que é meu! Eu acho que eu entendo isso. O Promotor à época disse: você deveria ter vergonha de oferecer 40 mil para um cidadão que tem a casinha dele era até boa, ele que vive da pesca, de plantar, de vender camarão. Eles pressionaram e ele hoje vive lá, pegando manga. Ele disse: Posso pegar manga no seu sítio? Eu disse: pode! Pegando uma manguinha para vender. Ele vendeu por 100 mil reais a casa dele. Hoje ele vive por lá, porque eu disse: Com 40 mil o senhor compra casa onde? Só se for para comprar debaixo da ponte. Eu tenho planta que eu plantei, elas começaram a botar, a tanja, já estão com mais de cinco anos o pé de tanja, laranja, a pessoa vende um valor, vai para outro sitio, como que a gente vai viver? Como? Nós plantamos macaxeira. Tudo ajuda na sobrevivência das pessoas. E a maioria das pessoas que saíram de lá, hoje estão todos arrependidos. Eu estou dizendo do meu vizinho, meu vizinho. São pessoas que estão por lá hoje. Me disseram outro dia: o senhor ainda está aqui? Eu estou aqui, eu não vou sair daqui. Então essa é nossa preocupação. Nós não somos contra empreendimento de ninguém, não podemos sair na truculência por debaixo do cacete. Nós queremos respeito, nós vivemos lá mais de vinte anos, fazer a atrocidade que estavam fazendo”.

Morador do Cajueiro. Audiência Pública- Defensoria Pública, abril de 2017.



Área desmatada pela WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda., Visão aérea, Gedmma.

“A luta vai longe. A empresa está partindo a comunidade no meio”.

Davi de Jesus Sá

O olhar sobre o território



Oficina de mapa. Pai Lindomar, Seu Davi, Lucilene Costa, Samuel, Seu Moreira e Eucimar Moreira.



Oficina de mapas, Eucimar ,Moreira, Audecir Melo, Pai Lindomar e Alberto Cantanhede- Resex Tauá Mirim, dezembro de 2017.



Oficina de Mapas. Wilson, Moreira e Eucimar, dezembro de 2017.

|| A estratégia do governo sempre foi essa: isolar a comunidade e deixá-la abandonada para que os moradores não suportassem e saíssem. Essa cultura da indenização já é comentada há bastante tempo, as pessoas comentavam sempre que a próxima seria o Cajueiro ou a Camboa dos Frades ou Vila Maranhão ou Taim ou Porto Grande [...] e já aconteceu em algumas dessas comunidades. Na Camboa dos Frades não houve um movimento forte para que berrassem as construções e a comunidade deixou de existir, agora restaram apenas as ruínas desde a época colonial”

Morador do Andirobal, agosto de 2017.

|| Nós não passamos fome. Eles dizem que nós não temos qualidade de vida, isto não é verdade. É importante lutarmos contra esses empreendimentos porque muita gente está morrendo por conta da poluição. O dinheiro que vão ganhar, vai dá para sobreviver? ”.

Rosana Mesquita- Resex Tauá Mirim, novembro de 2016.

“Eu não estou preocupada se passa ônibus de 2 em 2 horas. Eu não estou preocupada com os buracos na estrada. ”

Eunice Araujo, junho de 2017.

|| O Estado não está dando (a cara) a tapa. Ali é um assentamento hoje reconhecido pelo ITERMA, são 610 hectares. Ele teria que ter 610 hectares para poder remanejar. O governo não se posiciona. Tudo que eles fizeram não vai afetar só a gente, vai atingir em vários lugares”

Morador do Cajueiro, dezembro de 2016.

|| No mapa deles, não aparece como área de mangue Tem na área do Parnauaçu que é área de peixe boi. A comida do peixe boi é paturá, o peixe boi pasta lá”

Clovis Amorim, dezembro 2017.



Curso de Convenção 169, ao centro Máxima Pires, Rio dos Cachorros, dezembro de 2016.



Curso de Convenção 169, ao centro: Clovis Amorim, dezembro de 2016.

|| Eles estão fazendo a devastação, mas eles não estão vendo os bichos. Por que os bichos saem é à noite”

MORADOR ANDIROBAL, dezembro de 2017.

Oficina de mapa, dezembro de 2017.



O Território sagrado do Terreiro do Egito: memórias em tempo presente



Egito: religiosidade e mobilização, novembro de 2015.

O Alto do Morro: o espaço de resistência



Mobilização dos povos de terreiros e sociedade civil para permanência da Comunidade do Cajueiro, novembro de 2015.

Representatividade do Egito para o povo de terreiro está resguardada, desde a sua entrada por um frondoso cajueiro, árvore que preserva as histórias e as memórias. Do alto do Morro é possível visualizar de maneira singular a Baía de São Marcos, “de onde se avistava o navio encantado de Rei Dom João”, relatava o saudoso Pai Jorge Itaci de Oliveira, do Terreiro de Iemanjá.

Um lugar sagrado, onde tudo que lá existe, resiste e conta uma história: os bichos, a água cristalina de um pequeno poço, as pedras, os cajueiros, as plantas e a vista para Baía. É morada de encantados e lugar das obrigações de pais, mãe e filhos dos incontáveis terreiros que de lá descendem e hoje constituem Casas no Maranhão, Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo. Existem diferentes versões a respeito do surgimento, histórias e memórias do Terreiro. A senhora Maria José Araújo, a mais antiga moradora do Cajueiro, hoje com mais de 90 anos, recorda que era constante a presença de praticantes do Tambor de Mina na ilha de São Luís e de outras regiões, até meados da década de 1960, que se deslocavam embarcados para a região do Itaqui e áreas distantes do centro da cidade. Além de ser espaço sagrado, era um local seguro e estratégico para a realização dos cultos em razão da intensa perseguição policial aos terreiros até esse período.

O Quilombo do Egito

Pai Jorge Itaci de Oliveira contava que o Egito era Jeje-Nagô e Cambinda, responsável pelo surgimento de várias linhas de encantados no Tambor de Mina no Maranhão. O nome Egito se referia aos voduns do Oriente e por ter sido assentado por africanas com os voduns: Lissá, Vó Missã, Navezuarina, Xapanã, Ewá e Verequete. Pai Jorge contava que antes da abolição, o Morro abrigava um espaço sagrado e de resistência negra, “um quilombo, um esconderijo de negros fugidos que ficava numa ponta de terra por trás do local onde foi construído o Porto do Itaqui”.

O quilombo abrigou os negros fugidos de São Luís, Rosário e Paço do Lumiar, e passou a ser mais conhecido após a abolição. A rota de fuga seguia São Luís, ia pelo Rio Bacanga, chegava a São Joaquim do Bacanga – sede de missão jesuíta - e adentrava a mata até chegarem à ponta do Quilombo do Egito, onde lá já existia o terreiro.



Mobilização dos povos e terreiro no Egito- Cajueiro, novembro de 2015.

Nenhum porto pode ser construído nessa área do Cajueiro e muito menos no Morro e espaço sagrado do terreiro do Egito. Estamos aqui, para reivindicar o que é nosso, independente de religião, pois o Egito é patrimônio cultural brasileiro e mundial devido aos laços africanos que ele nos dá. Nessa luta somos fortes e ninguém pode tocar nessa riqueza que é o Egito”

Airton Gouveia- Babalorixá -Ilê Ashé Ogum Sogbô, novembro de 2015.

Independentemente das crenças religiosas das pessoas. Estamos tratando de um marco legal e histórico e de referência ancestral para uma determinada categoria, no caso dos povos de terreiros. Eu sou já da última geração”.

Não estamos falando de espaço, de terreno, estamos falando de histórias de vidas, de pessoas, de ancestralidade.

Jô Brandão, yalorixá - Ilê Axé Alagbedê Olodumare, novembro de 2016.



Casa Fanti Ashanti, preparação para rituais no Egito. Arquivo GPMINA.

Essa Maria Pia de lá fez esse terreiro aqui e esse povo que iam para lá, iam pra cá. Ela veio com o povo dela, era aquela quantidade de mulher dançando de lá no Egito. Papai chamava ela de madrinha. Chamava era “minha madrinha Maria Pia”. Aí ia para lá para o tambor dela lá no Egito. Aí papai fazia tudo de gosto para ela. Tudo que ela queria. Papai ia arrastar camarão, era peixe era tudo que ele levava para o tambor. E tinha um casal de velho que tomava conta era Apolinário e Ana Valeriana e eram eles que tomavam conta do Egito. E papai era a segunda pessoa até eles chegarem. Era gente em quantidade da Vila Maranhão, gente de Porto Grande. Era assim esse terreiro de quantidade”.

Maria Araújo.



Pai Euclides e mãe Kabeca, festa no Egito. Fins dos anos 1970/ início 1980. Arquivo pessoal Pai Euclides - GPMINA

COMUNIDADE DO CAJUEIRO

Não é o Território que é Nosso. Nós é que Somos do Território.

Somos descendentes do Egito. Estamos nessa luta. Precisamos ser só um”.

Biné Gomes -Terreiro de Yemanjá, novembro de 2015.

Quando nós nos juntamos, vencemos todas as batalhas. Que Dom João e os voduns que eram do Egito tomem frente de toda essa jornada para sermos vitoriosos”.

João da Vila Nova - Terreiro de Mina Mamãe Oxum e Pai Oxalá, novembro de 2015.



Ritual da Casa Fanti Ashanti no Egito. Anos de 1990. Arquivo de Pai Euclides

Estamos aqui para somar nessa luta, somos fortes... O Egito é uma potência, é o legado que os nossos ancestrais nos deixaram. Se as pessoas que moram aqui, no Cajueiro querem ficar, é importante respeitar a todos (as). Não pode ser uma empresa e nenhum porto que vai jogar essas pessoas e famílias fora de uma hora para outra. Nossos ancestrais do Egito, Mãe Basília, Mãe Pia e outros foram os primeiros habitantes desse lugar e ninguém pode nos mandar embora”

Mãe Aíla, Ilê Ashé ogum Sogbô, novembro de 2015.



Poço utilizado pelo povo do Egito e a Comunidade do Cajueiro

É importante a memória e a preservação desse espaço para a comunidade e para vários terreiros originados a partir do Egito. A todos (as), isso é de extrema utilidade, filhos (as), netos (as), descendentes da mãe Basília, a fundadora. Esse é um espaço sagrado que não pode ser destruído assim”

Clóvis Amorim – Cajueiro.



Biné Gomes- Terreiro de Yemanjá e dona Eunice Araujo, dezembro de 2016.

As constantes investidas da empresa WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda proporcionaram a mobilização dos povos de terreiro de São Luís e da sociedade civil em defesa do espaço sagrado, o Terreiro Egito. O reconhecimento e a garantia de preservação do espaço sagrado como patrimônio cultural maranhense são as principais pautas reivindicadas pelos herdeiros e descendentes do Egito. As lideranças de terreiro e do Cajueiro apontam o espaço do Egito, o Ilê Nyame, como um dos primeiros terreiros fundados (em 1864) por africanas na segunda metade do século XIX, igualmente as centenárias Casa das Minas e a Casa de Nagô, fundadas na década de 1840. Para os sacerdotes e sacerdotisas o Egito carrega a representatividade de um povo, uma relação de parentesco que redesenha a relação ancestral de um povo.

LINHA DO TEMPO – CAJUEIRO

A linha do Tempo demonstra a temporalidade dos trâmites burocráticos e jurídicos dos agentes sociais da comunidade frente aos empreendimentos na área.

Período	Evento
17/03/1998	Escritura pública condominial de doação de 610 hectares do Estado do Maranhão para 101 moradores do Cajueiro.
06/02/2001	Escritura de condomínio de doação de 610 hectares registrada no 2º Cartório de Registro de Imóveis – Matrícula 25.309.
22/08/2003	Protocolado pedido de criação da Reserva Extrativista do Taim. (posteriormente designada de Tauá-Mirim)
30/11/2005	Câmara aprova alteração da lei de uso do solo, transformando 1.063 hectares em zona industrial (incluindo Cajueiro). EIA – Distrito Industrial
26/02/2012	Escritura de Termo de opção de compra de 160 hectares firmado entre BC3 HUB – MULTIMODAL INDUSTRIAL LTDA e LLONCH EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL LTDA.
18/06/2013	Protocolo de intenções entre Estado do Maranhão e WTorre Engenharia e Construção para construção de um terminal portuário – SEM ESPECIFICAR LOCAL
29/07/2013	MPF ajuíza ação n.º 36138-02.2013.4.01.3700 contra União, Estado do Maranhão e ICMBio pleiteando a responsabilização pela não conclusão do procedimento de criação da Resex do Tauá-Mirim.
30/08/2013	Deferida antecipação de tutela nos autos da ação n.º 36138-02.2013.4.01.3700 para que o Estado do Maranhão se abstenha de promover o deslocamento compulsório de comunidades tradicionais na área onde se pretende a criação da Resex do Tauá-Mirim.
27/06/2014	WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda. protocola pedido de licença prévia para instalação de um porto.
11/08/2014	Escritura de Venda de 200 hectares da BC3 HUB – MULTIMODAL INDUSTRIAL LTDA para a WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS Ltda. (Matrícula 50.226 – matrícula anterior 30.952)
14/08/2014	Prefeitura emite Certidão de uso e ocupação do solo em favor de BC3 HUB MULTIMODAL INDUSTRIAL LTDA.
01/10/2014	Defensoria Pública do Estado do Maranhão solicita, a pedido do Movimento de Pescadores e Pescadoras, a realização de audiência pública para discussão do EIA-RIMA apresentado pela WPR.
07/10/2014	Defensoria Pública do Estado do Maranhão ajuíza Ação Cautelar para que a WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS se abstenha de praticar, direta ou indiretamente, quaisquer atos contrários ao livre exercício da posse pelos integrantes da Comunidade Cajueiro, dentre os quais o de realizar plantações, construções e o extrativismo, em suas atuais áreas de ocupação; de transitar livremente pelas vias públicas locais, bem como de pescar nas praias de Parnauçu e Cajueiro (Processo n.º 46221-97.2014.8.10.0001). Deferida a liminar em 14/10/2014.
29/10/2014	Audiência pública realizada no Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão.
04/11/2014	Nos autos da ação n.º 46221-97.2014.8.10.0001 foi deferida liminar contra o ESTADO DO MARANHÃO para que se abstenha de dar seguimento ao processo licenciatório do Terminal Portuário de São Luís - WPR (Processo SEMA n.º 108205/2014)
04/11/2014	Aberto Inquérito Civil Público n.º 58/2014 na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís.
13/11/2014	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão suspende decisão que havia determinado a paralisação do licenciamento ambiental (Processo n.º 0009806-21.2014.8.10.0000)
13/11/2014	Defensoria Pública do Estado do Maranhão ajuíza Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão e WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS. (Processo n.º 54319-71.2014.8.10.0001).
28/11/2014	Retificada a Certidão de uso e ocupação do solo em nome da WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS Ltda.
04/12/2014	Escritura de Venda de 252,067 m2 do Estado do Maranhão para a WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS Ltda. (Matrícula 52.382)
24/12/2014	WPR SÃO LUÍS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS Ltda. publica no Jornal O Estado do Maranhão que (já) recebeu a licença prévia para instalação de terminal portuário.
26/12/2014	Licença prévia n.º 1028460/2014 expedida em favor da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda.
31/12/2014	Decreto n.º 30.610 declarando 322.977 m² de utilidade pública no Cajueiro para fins de desapropriação em favor da WPR.
12/01/2015	Decreto n.º 30.624 revoga o Decreto n.º 30.610 (desapropriação em favor da WPR).

COMUNIDADE DO CAJUEIRO

Não é o Território que é Nosso. Nós é que Somos do Território.

13/01/2015	Deferida liminar nos autos do Processo nº 54319-71.2014.8.10.0001 para determinar a existência da ação na matrícula do imóvel registrado sob o nº 25.309.
16/01/2015	Licença Prévia nº 1028460/2014 suspensa administrativamente pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Maranhão
23/01/2015	Prefeitura suspende administrativamente efeitos da Certidão de uso e Ocupação do Solo em favor da WPR.
26/03/2015	Licença prévia nº 1007335/2015 expedida em favor da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda.
28/04/2015	Sentença proferida nos autos da ação nº 46221-97.2014.8.10.0001 confirmando apenas a cautelar de 07/10/2014. Processo remetido ao TJ MA em 28/03/2017.
05/05/2015	Liminar em Mandado de Segurança restabelece certidão de uso e ocupação do solo do município (MS nº 13936-17.2015.8.0001).
19/06/2015	Concedida Suspensão de Liminar nos autos do processo 4762-84.2015.8.10.000 contra a decisão proferida no MS 13936-17.2015.8.0001, resultando na revogação da certidão de uso e ocupação do solo.
17/09/2015	Negado em agravo de instrumento nº 4216-29.20156.8.10.0000 a suspensão da liminar proferida no MS é 13936-17.2015.8.0001.
07/10/2015	Requerida Licença de Instalação.
20/01/2016	Prefeitura suspende administrativamente efeitos da Certidão de uso e Ocupação do Solo em favor da WPR em obediência a decisão proferida na Ação Cautelar nº 10182-70.2015.8.10.0000.
20/01/2016	Concedida Licença prévia nº 1008324/2016 expedida em favor da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda.
27/01/2016	MPF afirma que implantação do porto da WPR é irregular.
19/04/2016	Defensoria Pública da União do Maranhão requer informações ao IPHAN sobre estudos técnicos do patrimônio arqueológico da região do Cajueiro. Ofício N.º 806/2016 – DPU/MA
02/06/2016	Concedida autorização de supressão de vegetação nº 0057/2016, vedado o corte de palmeira babaçu.
02/08/2016	Concedida licença de instalação nº 1073530/2016
30/01/2017	Audiência pública popular na Comunidade do Cajueiro, com a participação da Promotoria de Conflitos Agrários, Defensoria Pública, Secretarias de Segurança Pública e Direitos Humanos do Estado do Maranhão, Vereador Honorato Fernandes.
07/04/2017	Empresa China Communications Construction Company (CCCC) assinou acordo de investimento com a WPR, para construção do Terminal Portuário Privado em São Luís. O Governador Flávio Dino participou da assinatura.
19/04/2017	Audiência Pública na Defensoria Pública do Estado do Maranhão sobre a comunidade do Cajueiro.
30/10/2017	WPR danifica único poço artesiano que abastecia a comunidade.
01/11/2017	Comunidade do Cajueiro protesta contra a destruição do poço artesiano.
11/11/2017	Vara de Interesses Difusos concede liminar em Ação Civil Pública para suspender o licenciamento ambiental.
24/11/2017	Tribunal de Justiça do Maranhão suspende liminar concedida pela Vara de Interesses Difusos, restabelecendo o licenciamento ambiental.
06/12/2017	WPR inicia desmatamento na comunidade.
18/12/2017	Comunidade do Cajueiro protesta contra a derrubada de palmeiras babaçu que não constavam da Autorização de Supressão de Vegetação concedida pela SEMA (crime ambiental) e contra o tráfego de viaturas pesadas.
20/12/2017	Manifesto Internacional contra apoio do governo maranhense à construção de porto no lugar da comunidade Cajueiro.
21/12/2017	Comunidade do Cajueiro protesta em frente ao Palácio dos Leões – Governo do Estado do Maranhão.
21/12/2017	Conselho Nacional de Direitos Humanos solicita ao Governo do Estado do Maranhão esclarecimentos sobre as medidas adotadas em relação à Comunidade do Cajueiro, alertando da necessidade da aplicação da Convenção 169 da OIT.
22/12/2017	Defensoria Pública do Estado apresenta denúncia ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ao presidente da China Banking Regulatory Commission (CBRC), órgão responsável pelo controle da atividade econômica naquele país, sobre as irregularidades cometidas para a instalação do Porto da WPR.
26/12/2017	SEMA determina a suspensão das obras pela WPR.
29/12/2017	Assembleia comunitária no Cajueiro.

1. Ribeirinhos em Defesa do Rio Tapajós - Comunidade Pimental - Trairão e Itaituba • PA
2. La Marina - Barrio, Identidad, Religión y Tradición • Cuba
3. Iroko, El Espíritu de lo Sagrado - Identidad de la Comunidad de La Ceiba, Balcón Arimao, La Habana • Cuba
4. Cartografia Social de Trindade - A pesca artesanal da comunidade tradicional caiçara de Trindade - Paraty • RJ
5. Comunidades Quilombolas do Jalapão - Os Territórios Quilombolas e os conflitos com as Unidades de Conservação • TO
6. Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco - Comunidade Quilombola Pesqueira Vazanteira de Caraíbas • MG
7. Entre a Aldeia e a Cidade: O Povo Mura na Construção do Movimento Indígena em Manicoré-AM.
8. Ribeirinhos da Ilha do Capim frente aos grandes empreendimentos no Baixo Tocantins
9. O Povo Mura do Rio Itaparanã: Situações de Conflito, Resistências e Luta pela Demarcação de suas Terras
10. "O Jogo do Índio" Jogos Interculturais Indígenas - Manaus a Grande Aldeia
11. Atingidos pelo Projeto Minas-Rio: Comunidade à jusante da Barragem de Rejeitos MG
12. Povos tradicionais da Volta Grande do Xingu: Garimpeiros, Agricultores Assentados, Indígenas, Pescadores e Moradores - PA
13. Campeonato da Língua Paumari

14. Comunidade do Cajueiro - Não é o Território que é Nosso. Nós é que somos do Território



FORDFOUNDATION

